



REPÚBLICA DE ANGOLA

## Ministério do Urbanismo e Habitação

**Decreto-Lei n.º 4/03**

**De 9 de Maio**

Havendo necessidade de se dotar o Ministério do Urbanismo e Habitação do respectivo estatuto orgânico, na sequência da aprovação do Decreto-Lei n.º 6/08, de 10 de Novembro que estabelece a nova orgânica do Governo.

Nos termos das disposições combinadas do n.º 3 do artigo 106.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º** – É aprovado o estatuto orgânico do Ministério do Urbanismo e Habitação anexo ao presente decreto-lei e que dele faz parte integrante.

**Artigo 2.º** – É revogada toda a legislação que contrarie o presente decreto-lei.

**Artigo 3.º** – As dúvidas e omissões suscitadas na aplicação e interpretação do presente decreto-lei serão resolvidas por decreto-lei do Conselho de Ministros.

**Artigo 4.º** – O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.



## **ESTATUTO ORGÂNICO DO MINISTÉRIO DO URBANISMO E HABITAÇÃO**

### **CAPÍTULO I Natureza e Atribuições**

#### **Artigo 1.º (Natureza)**

O Ministério do Urbanismo e Habitação, adiante designado por (MINUH), é o órgão da administração Pública responsável pela elaboração, coordenação, execução e fiscalização das políticas de ordenamento do território, do urbanismo e da habitação.

#### **Artigo 2.º (Atribuições)**

O Ministério do Urbanismo e Habitação tem, para além das demais previstas na lei, as seguintes atribuições:

**1. No domínio da actividade geral:**

- a)** Promover a racionalização e a simplificação administrativa das actividades do Ministério, acentuando as suas funções normativas e fiscalizadoras;
- b)** Elaborar o quadro legal e normativo regulador das actividades do ordenamento do território, do urbanismo, da habitacional e do cadastro;
- c)** Garantir a efectiva aplicação das leis e de outros instrumentos de política do ordenamento do território, do urbanismo habitacional e do cadastro;
- d)** Exercer a superintendência e tutela dos órgãos vocacionados para a gestão das matérias do ordenamento do território, do urbanismo, da habitação e do cadastro;
- e)** Prestar apoio técnico às actividades dos órgãos administrativos locais em matéria de ordenamento do território, urbanismo, habitação e cadastro;
- f)** Colaborar com os demais organismos em todas as acções inerentes à execução de projectos nos domínios do ordenamento do território, urbanismo e da habitação, assegurando o cumprimento das disposições técnicas, legais e normativas;
- g)** Fomentar, em colaboração com os demais órgãos competentes, a investigação científica e tecnológica nas áreas do ordenamento do território, do urbanismo, da habitação e do cadastro;



- h)** Propor as bases de cooperação técnica com outros países e organizações internacionais nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo, da habitação e do cadastro, executando as orientações superiormente definidas e os acordos firmados;
- i)** Elaborar e coordenar a execução de estratégias e políticas do sector do urbanismo e habitação;
- j)** Desenvolver sistemas de monitorização urbanística, habitacional e promover a divulgação de informação sobre o estado do ordenamento do território, do urbanismo e da habitação;
- k)** Promover a participação dos cidadãos e das instituições na definição e execução das políticas do ordenamento do território, urbanismo, da habitação e fundiária, assegurando o cumprimento das disposições técnicas e legais.

**2. No domínio do ordenamento do território e urbanismo:**

- a)** Promover estudos sobre o estado do ordenamento do território com vista a formulação de propostas de medidas políticas legislativas e regulamentares;
- b)** Promover a elaboração de estudos e supervisionar a implementação de projectos no domínio do ordenamento do território e do urbanismo;
- c)** Promover a requalificação urbana e do meio rural e valorização ambiental das cidades, bem como a monitorização de variáveis ambientais no meio urbano, em colaboração com os organismos competentes;
- d)** Zelar pela consideração de políticas sectoriais competentes com os instrumentos de gestão territorial;
- e)** Assegurar a elaboração e promover a execução da política nacional de gestão de informação geográfica nos domínios da geodesia, cartografia, cadastro predial, urbano e rústico;
- f)** Promover, em colaboração com os demais órgãos da administração central e local a fiscalização dos planos territoriais.

**3. No domínio da política habitacional:**

- a)** Promover estudos sobre a situação habitacional com vista à formulação de propostas de medidas políticas, legislativas e regulamentares;
- b)** Velar pela consideração da política de habitação nos planos de ordenamento do território e urbanísticos;
- c)** Orientar a execução das políticas de gestão, alienação e conservação de património habitacional do Estado, nos termos da lei;
- d)** Promover e orientar a participação das cooperativas dos promotores imobiliários privados e das populações no desenvolvimento e na melhoria do parque habitacional existente;



- e) Participar na preparação das medidas de políticas financeiras e fiscais para a habitação de interesse local.

## **CAPÍTULO II**

### **Organização em Geral**

#### **Artigo 3.º** **(Direcção)**

1. O Ministério do Urbanismo e Habitação é dirigido pelo respectivo Ministro.
2. No exercício das suas funções, o Ministro do Urbanismo e Habitação é coadjuvado por Vice-Ministros.

#### **Artigo 4.º** **(Ministro)**

O Ministro do Urbanismo e Habitação, no exercício das suas funções, tem as seguintes competências:

- a) Assegurar sob responsabilidade própria a execução das leis e outros diplomas legais, bem como tomar as decisões necessárias para tal fim;
- b) Orientar, coordenar e fiscalizar toda a actividade do Ministério, nos termos da lei e de acordo com as deliberações superiores;
- c) Dirigir e superintender a actividade dos Vice-Ministros, directores nacionais e equiparados;
- d) Gerir o orçamento do Ministério;
- e) Orientar a política de quadros em coordenação com os órgãos nacionais competentes;
- f) Praticar os demais actos necessários ao exercício das suas funções e os que lhe forem determinados por lei ou decisão superior.

#### **Artigo 5.º** **(Vice-Ministros)**

Compete aos Vice-Ministros:

- a) Coadjuvar o Ministro no exercício das competências previstas no artigo anterior;
- b) Por designação expressa, substituir o Ministro nas suas ausências e impedimentos;



- c) Desempenhar as competências que lhes forem expressamente delegadas pelo Ministro.

**Artigo 6.º**  
**(Estrutura orgânica)**

O Ministério do Urbanismo e Habitação compreende os seguintes órgãos e serviços:

**1. Órgãos de apoio consultivo:**

- a) Conselho Consultivo;
- b) Conselho de Direcção;
- c) Conselho Técnico.

**2. Serviços de apoio instrumental:**

- a) Gabinete do Ministro;
- b) Gabinetes dos Vice-Ministros;
- c) Gabinete de Intercâmbio Internacional;
- d) Centro de Documentação e Informação.

**3. Serviços de apoio técnico:**

- a) Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
- b) Gabinete Jurídico;
- c) Gabinete de Inspecção e Fiscalização;
- d) Secretaria-Geral.

**4. Serviços executivos centrais:**

- a) Direcção Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo;
- b) Direcção Nacional de Política Habitacional;

**5. Órgãos tutelados:**

- a) Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (INOTU);
- b) Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA);
- c) Instituto Nacional da Habitação (INH);
- d) Fundo de Fomento Habitacional (FFH);



### **CAPÍTULO III**

#### **Organização em Especial**

#### **SECÇÃO I**

##### **Órgãos de Apoio Consultivo**

##### **Artigo 7.º**

###### **(Conselho Consultivo)**

1. O Conselho Consultivo é o órgão de consulta em matéria de programação e coordenação das actividades do Ministério do Urbanismo e Habitação.
2. O Conselho Consultivo é convocado e presidido pelo Ministro do Urbanismo e Habitação.
3. A composição, competências e funcionamento do Conselho Consultivo são definidos em regimento próprio.

##### **Artigo 8.º**

###### **(Conselho de Direcção)**

1. O Conselho de Direcção é o órgão de apoio ao Ministro nas matérias de programação e organização das actividades do Ministério.
2. O Conselho de Direcção é convocado e presidido pelo Ministro do Urbanismo e Habitação.
3. A composição, competências e funcionamento do conselho de Direcção são definidos em regimento próprio.

##### **Artigo 9º**

###### **(Conselho Técnico)**

1. O Conselho Técnico do MINUH é o órgão ao qual compete pronunciar-se sobre questões metodológicas e de índole técnico-científica relativas às actividades do MINUH, estudar e elaborar recomendações relacionadas com o ordenamento do território, do urbanismo e da habitação.



2. São membros do Conselho Técnico do MINUH.
  - a) Ministro;
  - b) Vice-Ministros;
  - c) Directores Nacionais dos órgãos e serviços centrais técnicos científicos.
3. Podem ser convocados ou convidados a participar do Conselho Técnico especialistas e técnicos do MINUH e de outras estruturas integrantes ou não do MINUH.
4. O Conselho Técnico rege-se por um regimento interno a ser aprovado pelo Ministro do Urbanismo e Habitação.

## **SECÇÃO II**

### **Serviços de Apoio Instrumental**

#### **Artigo 10.º**

##### **(Gabinetes do Ministro e Vice-Ministro)**

A composição, competências, forma de provimento e categoria do pessoal dos Gabinetes do Ministro e Vice-Ministro regem-se pelos Decretos n.ºs 26/97 e 68/02, de 4 de Abril e 29 de Outubro, respectivamente, do Conselho de Ministros.

#### **Artigo 11.º**

##### **(Gabinete de Intercâmbio Internacional)**

1. O Gabinete de Intercâmbio Internacional é o serviço de relacionamento e cooperação entre o Ministério e os organismos homólogos de outros países e as organizações internacionais.
2. O Gabinete de Intercâmbio Internacional tem as seguintes competências:
  - a) Estudar e propor a estratégia de cooperação internacional nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo e da habitação;
  - b) Elaborar propostas com vista a assegurar e coordenar a participação do País nos fóruns internacionais;
  - c) Propor a orientação a seguir nas negociações de acordos e convenções com países e organizações internacionais vocacionadas;
  - d) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou determinação superior.



**3.** O Gabinete de Intercâmbio Internacional compreende a seguinte estrutura:

- a)** Departamento de Cooperação Bilateral;
- b)** Departamento de Cooperação com Organizações Internacionais.

**4.** O Gabinete de Intercâmbio Internacional é dirigido por um director com a categoria de director nacional.

### **Artigo 12.º**

#### **(Centro de Documentação e Informação)**

**1.** O Centro de Documentação e Informação é o serviço encarregue da recolha, tratamento, selecção, difusão da documentação e informação em geral de interesse para o sector.

**2.** O Centro de Documentação e Informação tem as seguintes competências:

- a)** Promover a criação de bibliotecas especializadas no domínio do ordenamento do território e da habitação;
- b)** Assegurar o funcionamento de uma biblioteca central do Ministério do Urbanismo e Habitação;
- c)** Produzir e zelar pela difusão de matéria informática de interesse para a actividade do Ministério do Urbanismo e Habitação;
- d)** Promover a imagem pública e a ligação entre os órgãos e serviços do Ministério do Urbanismo e Habitação e os meios de comunicação social;
- e)** Desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou decisão superior.

**3.** O Centro de Documentação e Informação compreende a seguinte estrutura:

- a)** Secção de Documentação e Informática;
- b)** Secção de Informação e Biblioteca.

**4.** O Centro de Documentação e Informação é Chefiado por um Chefe de Departamento.



### **SECÇÃO III**

#### **Serviços de Apoio Técnico**

#### **Artigo 13.º**

##### **(Gabinete de Estudo Planeamento e Estatística)**

- 1.** O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é o serviço de assessoria geral e especial de natureza interdisciplinar, responsável pela preparação de medidas de política e estratégia global, bem como pela elaboração de estudos e análise regular sobre a execução geral das actividades dos serviços e a orientação e coordenação da actividade de estatística do Ministério do Urbanismo e Habitação.
- 2.** O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística tem as seguintes competências:
  - a)** Participar na formulação de políticas e estratégias referentes ao planeamento territorial e habitacional;
  - b)** Coordenar a execução dos planos de investimentos do Ministério;
  - c)** Proceder à análise e avaliação do grau de execução dos planos de actividades dos serviços do Ministério;
  - d)** Participar na preparação, negociação e compatibilização de contratos e acordos a celebrar;
  - e)** Difundir e promover o aperfeiçoamento da informação estatística relativa aos domínios do urbanismo, fomento habitacional, gestão e conservação do património habitacional do Estado, em articulação com o sistema estatístico nacional;
  - f)** Elaborar estudos e trabalhos de natureza estatística, de acompanhamento e caracterização da evolução nos domínios do ordenamento do território, urbanismo e da habitação;
  - g)** Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou determinação superior.
- 3.** O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística compreende a seguinte estrutura:
  - a)** Departamento de Coordenação dos Investimentos;
  - b)** Departamento de Estudo e Planeamento;
  - c)** Repartição de Arquivos Estatísticos.
- 4.** O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é dirigido por um director com a categoria de director nacional.



**Artigo 14.º**  
**(Gabinete Jurídico)**

1. O Gabinete Jurídico é o serviço de assessoria jurídica e de apoio legislativo e contencioso do Ministério do Urbanismo e Habitação.
2. O Gabinete Jurídico tem as seguintes competências:
  - a) Emitir parecer, prestar informações e proceder a estudos jurídicos sobre quaisquer assuntos que sejam submetidos à sua apreciação pelo Ministro do Urbanismo e Habitação;
  - b) Investigar e proceder a estudos de direito comparado, tendo em vista a elaboração ou aperfeiçoamento da legislação inerente aos domínios do ordenamento do território, do urbanismo e da habitação;
  - c) Assessorar os órgãos e demais serviços em questões de natureza jurídica relacionadas com a actividade do Ministério e dos órgãos tutelados;
  - d) Coligir, controlar e manter actualizada toda a documentação de natureza jurídica necessária ao funcionamento do Ministério e velar pela sua correcta aplicação;
  - e) Representar o Ministério do Urbanismo e Habitação nos actos jurídicos para os quais seja designado;
  - f) Dar tratamento às questões contenciosas referentes às atribuições do Ministério do Urbanismo e Habitação;
  - g) Velar, em colaboração especial com o Gabinete de Inspeção, pelo cumprimento das leis e demais normas que disciplinam a actividade do Ministério do Urbanismo e Habitação;
  - h) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuída por lei ou determinação superior.
3. O Gabinete Jurídico compreende a seguinte estrutura:
  - a) Departamento de Assessoria;
  - b) Departamento de Contencioso.
4. O Gabinete Jurídico é dirigido por um director com a categoria de director nacional.



**Artigo 15.º**  
**(Gabinete de Inspeção e fiscalização)**

1. O Gabinete de Inspeção e Fiscalização é o serviço que assegura o acompanhamento e a fiscalização das normas e regulamentos relativos às actividades do Ministério do Urbanismo e Habitação, nomeadamente a execução da política de ordenamento do território, do urbanismo e da habitação, bem como a proposição de medidas de correcção e de melhoria desses domínios.
2. O Gabinete de Inspeção e Fiscalização tem as seguintes competências:
  - a) Proceder à fiscalização dos projectos de âmbito do ordenamento do território, do urbanismo e da habitação;
  - b) Fiscalizar, em colaboração especial com o Gabinete Jurídico, o cumprimento das normas técnicas e legais referentes aos domínios do ordenamento do território, do urbanismo e da habitação;
  - c) Levantar autos de notícia por infracções detectadas nos projectos de âmbito urbanístico e habitacional;
  - d) Colaborar, com os demais organismos do Estado, em acções de fiscalização habitacional;
  - e) Desempenhar as demais funções de natureza inspectiva que lhe sejam atribuídas por lei, ou por decisão superior.
3. O Gabinete de Inspeção e Fiscalização compreende a seguinte estrutura:
  - a) Departamento de Fiscalização;
  - b) Departamento de Inspeção.
4. O Gabinete de Inspeção e Fiscalização é dirigido por um inspector-geral com a categoria de director nacional.

**Artigo 16.º**  
**(Secretaria Geral)**

1. A Secretaria Geral é o serviço de coordenação e apoio técnico-administrativo que se ocupa da generalidade das questões administrativas comuns a todos os órgãos do Ministério do Urbanismo e Ambiente, bem como do orçamento, da gestão do pessoal, do património, de informática e das relações públicas.



**2. A Secretaria-Geral tem as seguintes competências:**

- a)** Promover, em estreita cooperação com os organismos competentes da administração pública, a execução de medidas conducentes à inovação e modernização administrativa, bem como a melhoria da eficiência dos órgãos e serviços do Ministério do Urbanismo e Habitação;
- b)** Organizar e orientar tecnicamente o sistema de documentação administrativa comum aos órgãos e serviços do Ministério do Urbanismo e Habitação;
- c)** Elaborar o projecto de orçamento do Ministério do Urbanismo e Habitação e controlar a sua execução de acordo com as orientações metodológicas do Ministério das Finanças;
- d)** Assegurar a gestão do património, garantindo o fornecimento de bens e equipamentos necessários ao funcionamento dos órgãos e serviços do Ministério do Urbanismo e Habitação, bem como a protecção, manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis;
- e)** Coordenar o processo de informatização do Ministério do Urbanismo e Habitação e garantir a exploração e conservação dos meios informáticos;
- f)** Assegurar, em colaboração com os outros serviços do Ministério do Urbanismo e Habitação, a gestão integrada do pessoal afecto aos diversos serviços, nomeadamente em matéria de provimento, promoção, transferência, exoneração, aposentação e outros;
- g)** Assegurar o eficiente funcionamento dos serviços de protocolo e relações públicas e organizar os actos ou cerimónias oficiais.

**3. A Secretaria-Geral compreende a seguinte estrutura:**

- a)** Departamento de Administração e Gestão do Orçamento;
- b)** Departamento de Recursos Humanos;
- c)** Departamento do Património;
- d)** Repartição de Informática;
- e)** Repartição de Expediente Geral e Arquivo;
- f)** Repartição de Relações Públicas e Protocolo.

**4. A Secretaria-Geral é dirigida por um secretário-geral com categoria de director nacional.**



## **SECÇÃO IV**

### **Serviços Executivos Centrais**

#### **Artigo 17.º**

#### **(Direcção Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo)**

1. A Direcção Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo é o serviço que coordena e acompanha a execução da política do ordenamento do território e do urbanismo.

2. A Direcção Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo tem as seguintes competências:

- a) Propor medidas de política do ordenamento do território e urbanismo;
- b) Elaborar e propor orientações metodológicas de aplicação da política do ordenamento do território e urbanismo;
- c) Promover a avaliação técnica dos estudos, planos e projectos sujeitos a aprovação do MINUHA, nos termos da lei;
- d) Propor as normas e metodologias de elaboração e avaliação técnica dos planos do ordenamento do território, urbanístico e do ordenamento rural;
- e) Promover a articulação das políticas sectoriais com as principais opções de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano;
- f) Desenvolver sistemas de monitorização dos indicadores urbanísticos, e promover a divulgação de informação sobre o estado do ordenamento do território e do urbanismo;
- g) Colaborar com as demais entidades competentes na realização dos trabalhos de investigação científica e técnica no domínio do ordenamento do território e urbanismo;
- h) Promover a participação dos cidadãos e das instituições na definição e execução das políticas do ordenamento do território e urbanismo;
- i) Organizar e manter permanentemente actualizado o arquivo central dos planos de ordenamento do território, urbanísticos e do ordenamento rural;
- j) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou decisões superior.

3. A Direcção Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo corresponde e a seguinte estrutura:

- a) Departamento de Estudos e Planeamento Urbanístico;
- b) Departamento de Coordenação e Apoio Técnico;
- c) Repartição de Arquivo Central dos planos territoriais.



4. A Direcção Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo é dirigida por um director nacional.

**Artigo 18.º**  
**(Direcção Nacional de Política Habitacional)**

1. A Direcção Nacional de Política Habitacional é o serviço que coordena e acompanha a execução da política habitacional do Estado.

2. A Direcção Nacional de Política Habitacional tem as seguintes competências:

- a) Elaborar e propor as orientações metodológicas da aplicação da política nacional da habitação;
- b) Elaborar estudos de investigação científica e tecnológica no domínio habitacional;
- c) Orientar a organização e a permanente actualização do cadastro do parque habitacional do Estado;
- d) Propor medidas de política de fomento habitacional;
- e) Propor medidas de política de conservação, alienação e manutenção do parque habitacional do Estado;
- f) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou decisão superior.

3. A Direcção Nacional de Política Habitacional compreende a seguinte estrutura:

- a) Departamento de Política Habitacional;
- b) Departamento de Normas e Metodologias;

4. A Direcção Nacional de Política Habitacional é dirigida por um director nacional.



## **SECÇÃO V** **Órgãos Tutelados**

### **Artigo 19.º** **(Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano)**

O Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, abreviadamente designado por (INOTU), é uma pessoa colectiva de direito público dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial criada para assegurar a execução da política do ordenamento do território e planeamento urbanístico.

### **Artigo 20.º** **(Instituto Geográfico e Cadastral de Angola)**

O Instituto Geográfico e Cadastral de Angola, abreviadamente designado por (IGCA), é uma pessoa colectiva de direito público dotada de personalidade jurídica, autonomia Administrativa, financeira e patrimonial criada para assegurar a execução da política geográfica e cadastral.

### **Artigo 21.º** **(Instituto Nacional de Habitação)**

O Instituto Nacional de Habitação, abreviadamente designado por (INH), é uma pessoa colectiva de direito público dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, encarregue de proceder, à implementação da política do fomento e promoção em matéria de habitação.

### **Artigo 22.º** **(Fundo de Fomento Habitacional)**

O Fundo de Fomento Habitacional abreviadamente designado por (FFH), é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, criada para de financiar as actividades de promoção, urbanização, construção e gestão de habitação, em especial as de carácter social.



## **CAPÍTULO IV**

### **Disposições Finais**

#### **Artigo 23.º** **(Pessoal)**

1. O quadro de pessoal do Ministério do Urbanismo e Habitação é o constante do mapa anexo ao presente estatuto, do qual faz parte integrante.
2. O quadro de pessoal referido no número anterior poderá ser alterado por decreto executivo-conjunto dos Ministros do Urbanismo e Habitação, da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e das Finanças.
3. O provimento dos lugares do quadro e a progressão na respectiva carreira far-se-á nos termos da lei.
4. Para a realização de tarefas pontuais específicas o Ministro do Urbanismo e Habitação poderá autorizar a contratação de especialistas nacionais e estrangeiros, fora do quadro do pessoal do Ministério.

#### **Artigo 24.º** **(Organigrama)**

O organigrama do Ministério do Urbanismo e Habitação é o constante do anexo ao presente estatuto e dele faz parte integrante.

#### **Artigo 25.º** **(Regulamentos)**

1. A estrutura interna de cada órgão e serviço que integra a estrutura interna do Ministério do Urbanismo e Habitação (MINUH) será definida em diploma próprio, a aprovar pelo Ministro do Urbanismo e Habitação, no prazo 120 dias a contar da data de publicação do presente estatuto.
2. Os órgãos tutelados referidos nos artigos 19º a 22º regem-se por diploma próprio a aprovar nos termos da legislação aplicável aos Institutos Públicos e Fundos Autónomos.